

Art. 5º II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

O princípio da legalidade surge historicamente com o nascimento do **Estado de Direito**, nascendo como uma oposição aos regimes autoritários e absolutistas. A ideia central era limitar o poder do governante que não poderiam mais agir por puro capricho, e sim pautadas na lei.

Estado de Direito vs. Estado Democrático de Direito

É fundamental fazer uma distinção importante. O Estado de Direito é aquele em que há leis e o Estado as obedece. Porém, um Estado pode ser "de Direito" e ainda assim ser autoritário, como uma ditadura que cria leis para legitimar a opressão. O Estado Democrático de Direito é o modelo adotado pelo Brasil. Aqui, a lei não apenas regula, mas deve refletir a **vontade do povo** e respeitar a **dignidade da pessoa humana**. A legalidade, portanto, serve para equilibrar o poder e garantir que a sociedade participe das decisões estatais.

Aspectos

Para os Particulares

Vige o princípio da **Autonomia da Vontade**. O particular pode fazer **tudo** o que a lei não proíbe. Entretanto, essa liberdade não é absoluta. O particular deve ponderar sua liberdade com a **dignidade da pessoa humana**. Nas relações privadas (por força da chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais), não se pode usar a autonomia da vontade para ferir a dignidade de outrem.

Para a Administração Pública

Vige o princípio da **Legalidade Estrita**. O agente público só pode fazer o que a lei **expressamente autoriza**, pois ele não gere interesses próprios, mas sim o interesse público (res publica). Portanto, ele deve andar estritamente "nos trilhos da lei". Não há espaço para a vontade pessoal do governante, apenas para a vontade da lei (ação vinculada).

Exemplo: Inteligência Artificial (IA)

Para ilustrar essa diferença, imagine o surgimento de ferramentas de IA (como o ChatGPT) antes de qualquer regulamentação específica:

- **O Advogado (Particular):** Poderia começar a usar a IA em seu escritório imediatamente?
- **Sim.** Como não havia lei proibindo o uso de IA na advocacia privada naquele momento, a conduta era lícita.
- **O Servidor do Tribunal (Público):** Poderia começar a usar a IA para redigir sentenças ou despachos?
- **Não.** Como não havia lei, resolução ou portaria do CNJ *autorizando* o uso, o servidor estava impedido. O uso não autorizado poderia gerar problemas de privacidade, viés algorítmico e falta de controle público. O servidor precisava esperar a "luz verde" da norma.

Relativização

Como a maioria dos direitos fundamentais, a legalidade comporta exceções constitucionais em situações de crise ou urgência, onde a exigência de uma "lei formal" (aprovada pelo Congresso em rito ordinário) é mitigada. Alguns exemplos de exceções:

1. **Medidas Provisórias (MP):** Editadas pelo Presidente em casos de relevância e urgência. Têm força de lei imediata antes mesmo de passar pelo Congresso.
2. **Estado de Defesa e Estado de Sítio:** São estados de exceção decretados pelo Presidente (com controle do Congresso) onde certos direitos fundamentais podem ser temporariamente restringidos ou suspensos para garantir a ordem pública, sem a necessidade do trâmite legislativo comum.